



ESCÂNDALO DA PETROBRÁS: AS FRAUDES NO BALANÇO E OS IMPACTOS NAS ANÁLISES DE LIQUIDEZ E RENTABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2011 a 2015

Ana Carolina Gonzales Bittar
Ana Paula Melo Damaceno
Juliana Cristina Oliveira da Silva
Marcela Resende¹

Orientadora: Prof^a. Ms. Thalisa Maria Jati Gilberto

Resumo: este artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o impacto nos índices de liquidez e rentabilidade, sobre a fraude no Balanço Patrimonial do Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás, entre os anos de 2011 a 2015. Apresentando inicialmente uma explicação sobre a empresa, desde sua criação, trajetória e seus objetivos com o país. No ano de 2014, a empresa conhecida mundialmente obteve uma degradação nos aspectos financeiros, políticos e econômicos, no qual foi anunciado o envolvimento em um grande escândalo de desvios de dinheiro entre gerentes da empresa e políticos, em um esquema considerado bilionário para as autoridades e brasileiros. Através de suas demonstrações contábeis divulgadas, pode-se constatar que houveram alterações em algumas contas, como Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício. E, essa pesquisa foi feita através de estudo bibliográfico e análise documental, desde o levantamento do histórico da criação da empresa, até o ponto a ser analisado o balanço patrimonial e ajuste do valor presente. Foram utilizados fatos, evoluções ocorridas e documentos oficiais publicados. Os resultados demonstraram que não houve impacto nas análises de liquidez e nem na rentabilidade.

Palavras-chave: Escândalo Petrobrás, Ajuste Avaliação a Valor Justo, Normas Contábeis.

Introdução

Com base nos dados e conhecimentos adquiridos através deste estudo foi possível destacar a importância e entendimento das normas contábeis no controle societário e para análise pelos investidores, auxiliando ainda no gerenciamento interno das empresas de grande porte, para identificar com clareza a omissão de dados com o estudo da empresa Petrobrás.

O objetivo deste trabalho é identificar o método em que foram registradas as informações sobre Demonstrações Contábeis de acordo com o

¹ Alunas regularmente matriculadas no 8º semestre do Curso de Ciências Contábeis – noturno – do *Uni-Facef Centro Universitário Municipal de Franca*.



Balanço Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2013 e publicado no ano de 2014, no qual foi constatada a ocultação de dados na empresa Petróleo Brasileira S.A. Petrobras. Neste artigo serão exploradas as Normas Contábeis para mostrar as possíveis irregularidades das contas patrimoniais divulgadas.

Portanto, será verificada se a empresa não aderiu a Lei 11.638/2007, que diz respeito ao ajuste a valor presente tratando-se das contas do ativo e passivo de longo prazo e todos os seus elementos constantes nas contas patrimoniais de curto prazo, sendo que esses ajustes são significantes nas demonstrações apresentadas. O valor justo representado pelo ativo entre as partes interessadas e independentes deve ter uma atenção redobrada para saber o prazo de recebimento (ou pagamento) e taxas de juros aplicáveis no mercado, para saber qual é o valor real.

O escândalo ocorreu a partir do momento em que foram analisadas várias operações bancárias com empresas fantasmas e transferências injustificadas, principalmente para os partidos políticos. No início do ano de 2015 pela primeira vez se ouviu o nome da Petrobrás na Operação Lava – Jato (postos de combustíveis e lava jato de automóveis com recursos ilícitos).

A metodologia empregada neste trabalho é do tipo descritiva, explicativa, bibliográfica, com dados tratados de forma qualitativa com complementação de um estudo de caso.

Esse trabalho foi dividido em quatro partes, sendo a primeira seção a tratar do contexto histórico da empresa Petrobrás, apresentando suas principais conquistas para o desenvolvimento do país, e apresentando também sobre o escândalo em que foi envolvida e como influenciou sua gestão. Na segunda seção, será apresentada uma breve explicação dos quatro CPC's (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e princípios utilizados nas análises. Na terceira seção, é explicado sobre o balanço patrimonial e seus índices de liquidez. Sendo a quarta e última seção, apresentando o estudo de caso através das demonstrações da empresa nos anos de 2013, 2014 e 2015.



Conclui-se através deste estudo que a empresa poderia ter se adequando as Normas Brasileiras de Contabilidade, seguindo juntamente com Comitê de Pronunciamento Contábil, e ter realizado os devidos ajustes para garantir seu leque de investidores. Não concernindo com os princípios, a entidade realizou ajustes onde não poderia ser feito, ou seja, provisionou um ganho no qual ainda não poderia ser feito na conta *Goodwill*, diante do princípio do Conservadorismo, a entidade deve provisionar a perda antecipada e não o ganho.

Diante do exposto nas análises, a empresa nos índices de liquidez não sofreu nenhuma alteração e após ajustes, sendo assim por meio de Liquidez, não obteve nenhum impacto nas contas, mas ao analisar o método de rentabilidade utilizado a empresa obteve diferenças em alguns anos, ou seja, no ano de 2011 até o 2013 utilizaram o *Goodwill*, provisionando ganhos antecipados que ainda não poderiam ser feitos, após o ano de 2014 não utilizaram o *Goodwill*, e foi justamente nesse ano que ocorreram a omissão de dados que fez com que suas ações despencassem e seus investimentos ficaram engessados, sendo que neste ano não provisionaram o ganho antecipado porque viram que estavam fazendo os ajustes erroneamente, tomando medidas que nem imaginavam o impacto que sofreria frente aos brasileiros e investidores, tais investidores que também se envolveram no Escândalo.

1. Petrobrás

1.1 Contexto Histórico

Segundo o autor Getulio Carvalho (1997,p. 18), foi no governo de Vargas que se iniciaram as primeiras explorações do petróleo nacional no ano de 1919, porém só houve retorno na década de 30. Nesse primeiro momento, foram estipulados recursos para essa finalidade, segundo o comando do Congresso ao Ministério da Agricultura, pois as empresas privadas nessa área estavam carentes de recursos, tanto técnicos como financeiros, para que pudessem progredir em seu desenvolvimento.



Em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) sob o Decreto lei nº 395, que contribuía com a regulamentação, o controle e a nacionalização da exploração petrolífera no país.

[...] A legislação promulgada por ocasião da criação do CNP previa a imediata nacionalização de todas as atividades já em curso (basicamente, pequenas refinarias) e o estrito controle governamental sobre todos os aspectos da indústria do petróleo. Ainda que se previsse a participação do setor privado, por meio de concessões para a exploração e o refino, a amplitude dos controles governamentais deixava clara a opção estatizante [...] (FGV,online).

Nessa época, haviam grupos que defendiam a exploração do petróleo para que fosse apenas nacionalista, e em contrapartida havia outra parte que apoiava a exploração também com capital estrangeiro. A partir desse conflito, se criou o Estatuto do Petróleo no ano de 1948, e segundo o autor Gilberto Bercovici (2015)possuía o seguinte intuito;

[...] tinha como ideia-chave a abertura do setor para o capital privado, nacional ou estrangeiro. Para os autores do projeto, a participação do capital estrangeiro era a única forma de assegurar a exploração de petróleo no país, pois o Estado não teria recursos para investir no setor, o que poderia comprometer as futuras gerações [...] (Bercovici, 2015).

Após diversas discussões, principalmente políticas, a respeito da exploração do Petróleo no país, em 3 de outubro de 1953, através da Lei nº 2.004, foi criada a política nacional do petróleo, a então empresa Petrobrás(Petróleo Brasileiro S.A.), como monopólio estatal, de economia mista, sendo o Estado o maior acionista.

Com o funcionamento da empresa aos poucos foi ganhando destaque no passar dos anos em suas ações e desenvolvimentos feitos pelo país. Segundo o site da Petrobras², segue alguns principais acontecimentos com a empresa no decorrer dos anos:

² Disponível em: <<http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/nossa-historia/>> Acesso em: 06 de Julho de 2017.



1954: Herdou as refinarias de Mataripe (BA) e a de Cubatão, primeiros ativos da empresa;

1961: Foi construída a primeira refinaria em Duque de Caxias (REDUC) fazendo com que a empresa se tornasse autossuficiente em produção de derivados, e foram descobertas também, novas áreas para exploração no estado de Sergipe;

1967: Foi criada a Petrobrás Química (Petroquisa);

1968: No estado de Sergipe foi descoberta a possibilidade de exploração de petróleo pelo mar;

1971: Abertura da Petrobrás Distribuidora, responsável pelos derivados do petróleo;

1973: Crise do petróleo, foi quando ocorreu o aumento dos preços internacionais, causando um transtorno no mercado;

1974: No estado do Rio de Janeiro, foi descoberta a Bacia de Campos, segundo o site da Petrobrás, é considerada a “maior província petrolífera do Brasil”; A empresa começou a investir também em biocombustíveis para combater a situação da crise do petróleo;

1974: A empresa começou a investir também em biocombustíveis para contribuir com a situação na crise do petróleo;

1978: Foram elaborados programas com o intuito de contribuir com o meio ambiente e suas possíveis contaminações;

1983: A empresa iniciou e apoiou projetos já existentes, em prol de crianças e animais marinhos em lugares próximos ao seu funcionamento;

1984: Foram descobertos grandes campos de profundidade próximo a Bacia de Campos, denominado Campo de Albacora;

1986: Foi descoberto petróleo na Amazônia, uma grande conquista para a empresa, denominada Campo de Urucu; Foi criado o Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas, para auxiliar no desenvolvimento tecnológico para a produção de petróleo;



1997: Por meio da Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro, a empresa não é considerada mais como estatal e se tornou umas das maiores empresas de petróleo;

2000: A empresa comprou participações em termelétricas para contribuir com o país na superação da crise do apagão;

2003: No país e no exterior, a produção de barris ultrapassou dois milhões por dia, comemorando assim os 50 anos de empresa;

2004: Abertura da usina de energia eólica da Petrobrás, no norte do país;

2006: Ano em que foi reconhecida a autossuficiência na produção de petróleo e gás;

2007: Foi descoberta na Bacia de Santos, campos com petróleo e gás em seções de pré-sal;

2008: Abertura da empresa Petrobrás Biocombustível, utilizando de etanol e biodiesel;

2009: Começou a produção do pré-sal na Bacia de Santos;

2010: Crescimento do capital da empresa, se tornando a segunda maior empresa em produção de petróleo;

2014: A empresa se envolveu em um escândalo de desvio de dinheiro por parte de seus gestores;

Atualmente a Petrobras é considerada umas das empresas mais importantes no mundo, principalmente por sua excelência nos serviços prestados nos países, como também no seu desenvolvimento e as áreas que agrega, tanto ela em si como também em outras tantas geradas a partir dela.

1.2 Escândalo

O escândalo se deu por ter ocorrido várias movimentações nos anos de 2013 a 2015, com os partidos políticos.



Segundo pesquisas realizadas, a empresa realizava a contratação de empreitadas através de licitações fraudadas, onde ocorreram o superfaturamento, e a maior parte desse superfaturamento era desviado para pagamento de propinas aos políticos. (CIFUENTES, 2014)

De acordo com as notícias publicadas nos últimos meses, pode-se concluir que na prestação de contas da Petrobrás estima-se em média um prejuízo de R\$ 88 milhões, sendo que estes valores não constam na "Força Tarefa Lava Jato". A maioria dos brasileiros não tem conhecimento a fundo de contabilidade, e julga que "obras" são contabilizadas pelos valores que se retorna.

A partir daí criou-se a operação Lava Jato que é conduzida pela Polícia Federal para apurar o suposto esquema de corrupção na Petrobrás, o desvio era estimado em torno de R\$ 10 Bilhões, tendo como maiores envolvidos diretores da própria empresa. Essa foi uma notícia muito "rejeitada" em todo o mundo, motivo de várias manchetes e logo em seguida alvo e descoberta de vários escândalos envolvendo grandes nomes políticos, que até então eram inquestionáveis, apresentando-se uma vergonha ao nosso Brasil. (Ministério Público Federal, Entenda o Caso - Lava Jato, 2015).

"O resultado das avaliações indicou que os ativos com valor justo abaixo do imobilizado totalizaram R\$ 88,6 bilhões de diferença a menor. Os ativos com valor justo superior totalizaram R\$ 27,2 bilhões de diferença a maior frente ao imobilizado", (Petrobras, Terra, 2015).

O balanço que deveria ter sido divulgado em 2014, acabou tendo sua divulgação adiada por duas vezes devido as investigações da Lava a Jato. (BONATO, 2015).

Quando se pergunta para onde foi o dinheiro da Petrobrás, muitos de nós pensamos logo no desvio desse valor, que na verdade trata-se de um superfaturamento. Isto não é um desvio propriamente dito, é majorar o valor de um bem. Mesmo assim, ainda fica a dúvida, propina não é um desvio? No ponto de vista técnico, a maior parte de propina é feita dentro da lei, em forma de "palestras", doações para campanhas eleitorais, "consultorias", entre outros. (BONATO, 2015).



Contudo, estes fatos ainda geram dúvidas sobre a revisão contábil, porque se tem que fazer revisão contábil se já está tudo contabilizado? Pois bem, a legislação atual diz que deve se fazer o *Impairment*³, exatamente o que não foi feito nesses Balanços apresentados pela Petrobrás. Desde 2008 não existe mais a conta patrimonial “Reserva de Reavaliação de Ativos”, que determina que quando o ativo vale menos que o valor contábil, diminui-se o valor do ativo e a diferença gerada deve ser lançada na conta de despesas, reduzindo o lucro e por consequência declarando prejuízo. (NASSIF, 2015).

Sendo assim, foi desconsiderada toda essa reformulação de 2008 e feita uma avalanche inversa deixando o Balanço da Petrobrás com uma “cara ótima” sem suspeitas de nada, até dar-se início as investigações.

Todas as consequências dessas ações não são as melhores, pois a imagem da empresa foi muito prejudicada e as ações despencaram. A Petrobrás só não quebrou porque o governo ainda consegue dar crédito, porém a capacidade de investimentos acabou. Ainda assim, não é o caso de privatização, pois a mesma está bastante desvalorizada, desmantelada, não valendo quase nada, mas ainda, há muitas chances de se reerguer, e entregar uma empresa desse porte a preço de “banana” não é mais indicado a se fazer.

Outro ponto a ser questionado, é a auditoria desses balanços patrimoniais feita pela empresa PWC (*Price Waterhouse Coopers*). Por que escolher uma empresa estrangeira para fazer todas essas análises? Devemos levar em consideração que esta empresa é uma das principais responsáveis pelos escândalos dos Luxemburgo Leaks, um esquema bilionário de evasão de impostos, que ocasionou durante anos um rombo extremamente grande, dentre outros escândalos de tamanha ou maior proporção do citado, encontrados facilmente em sites na internet. Assim, perdendo a credibilidade ao trabalho apresentado, mesmo a

³Impairment é a desvalorização do ativo, ou sua depreciação. Tecnicamente trata-se da redução do valor recuperável de um bem ativo. Na prática, quer dizer que as companhias terão que avaliar, periodicamente, os ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço. Cada vez que se verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.



empresa buscando e mostrando todo o caminho que foi percorrido para chegar ao parecer final ainda há muitas dúvidas questionáveis.

Ao que tudo indica, a Petrobrás está tentando ocultar os erros ocorridos, mas em cada fase da operação surgem vários outros nomes de envolvidos e grandes comprovações de quantias desviadas, porém a Lava Jato ainda está longe de finalizar, pois falta muito a investigar, tanto com relação aos governantes atuais como os do passado. (Ministério Público Federal, Entenda o Caso - Lava Jato).

2. CPC's e princípios contábeis

2.1 Investimentos

Os investimentos consistem em aplicar recursos disponíveis de qualquer origem, financeira ou não, nas contas de ativo, consistindo em uma expectativa de rentabilidade futura. Existem dois tipos de investimentos, o primeiro é o investimento temporário, onde a empresa não tem interesse de manter dentro da sua atividade. O segundo investimento é de a participação societária por coligada ou controlada, para obter esse investimento, é necessário ter um planejamento estratégico da administração, conhecido com *holding*. (Portal da Contabilidade).

A Petrobrás avalia seus empreendimentos a partir da recuperabilidade dos investimentos em coligadas e em conjunto, incluindo ágio. A empresa visa lucratividade, mas para tais investimentos em uma estatal tende a obter uma provisão de perdas em investimento.

Diante de vários investimentos realizados pela Petrobrás, destacam-se três principais em coligadas e empreendimento em conjunto que consideram o ágio, dentre estes estão: Brasken S.A (Seguimento em Abastecimento), Distribuidoras Estaduais de Gás Natural (Seguimento de Gás e Energia), Guarani S.A (Seguimento de Biocombustíveis).

Os investimentos realizados nessas empresas geraram perdas devido à deterioração econômica e financeira do país.



A companhia Petrobrás investe nos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas devido ao fato de que suas atividades estão ligadas a distribuição de gás, biocombustíveis, termelétricas, refinarias e petroquímicas.

2.2 Ágio

A empresa aplica o ágio quando há vários indicativos de não recuperação do seu valor contábil, sendo uma expectativa de rentabilidade futura conhecida como *goodwill*, existindo combinações de negócios. (Comitê de Pronunciamento Contábil).

O valor do *goodwill* é submetido anualmente ao teste de recuperabilidade, onde gerará ganho ou perda no resultado. Se a empresa obtiver ganho, o valor será tributado normalmente, se obtiver uma perda o valor será descontado do lucro no LALUR para ocorrer à tributação.

O *goodwill* é um ativo que será representado para os benefícios econômicos que dão origem a outros ativos, a partir da combinação de negócios.

O teste de recuperabilidade no ágio é para saber se a empresa realiza com prudência o valor real líquido do ativo, sendo que sua recuperação não pode ser maior que o valor recuperável, ou seja, não pode ser registrado a maior, não sendo desvalorizado ao seu valor real de uso. Este teste é usado para garantir que a empresa não possua ativos de longo prazo que sejam contabilizados por algum valor que não possa ser recuperado. (BRILHANTE PORTELA, 2011).

O teste é obrigatório desde 31 de dezembro de 2008, sendo que o valor do teste só será contabilizado se o valor recuperável for inferior ao valor que foi apontado.

A recuperação do ativo pode ser feito pelo valor líquido ou valor de uso. O valor líquido é a venda de um ativo sem as despesas das vendas, e o valor de uso é um ativo que já está em uso e que é um gerador de caixa. A PETROBRAS avalia seus ativos com destinação a venda/ transformação direta em dinheiro, sendo assim a recuperação será feita na comparação dos valores contábeis de venda. (Comitê de Pronunciamento Contábil).



A importância deste teste para a empresa é de evitar prejuízos e mostrar que seu ativo está com valor recuperável maior, considerando que o ativo dever ser transformado em dinheiro.

2.3 CPC's

Nesta seção artigo será analisado o CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) para fins de análise das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e relatórios dos auditores independentes. Os CPC's abordados serão apenas: CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), CPC 12 (Ajuste a Valor Presente), o CPC 15 (Combinações de Negócios) e o CPC 46 Mensuração do Valor Justo.

2.3.1. CPC 01- Redução do Valor Recuperável do Ativo – Correlação IAS 36

A entidade deve aplicar em seus ativos contabilmente o valor que não exceda seu valor de recuperação, se a contabilização for superior é necessário realizar o reconhecimento da desvalorização por meio de uma provisão de perdas. No caso do ágio na sua adoção inicial deverá ser registrado no grupo do ativo intangível, por uma expectativa de rentabilidade futura "*goodwill*", para investimentos se forem pagos por uma diferença entre valor contábil e o valor justo dos ativos. A divulgação deve fornecer informações que ocasionam a perda. (Comitê de Pronunciamento Contábil).

O *goodwill* tem vida útil indefinida, sendo assim não pode ser amortizado.

O teste de recuperabilidade deve ser feito anualmente ou com maior frequência, se obtiver mudanças em circunstanciais que podem ocasionar uma perda a ser reconhecida. (Comitê de Pronunciamento Contábil).



As combinações em que podem surgir um ganho na compra (mais conhecido como *goodwill* negativo) são situações consideradas raras. Nesses casos, o valor dos ativos e passivos e valores justos seriam maiores que o valor pago pela aquisição. Em circunstâncias em que, numa primeira avaliação, se identifica esse ganho, a empresa deve rever os procedimentos usados na mensuração dos valores reconhecidos na aquisição. Se, mesmo assim, o ganho permanecer, a adquirente deverá reconhecê-lo de imediato em resultados. (Comitê de Pronunciamento Contábil).

2.3.2 CPC 12- Ajuste a Valor Presente

O CPC 012 se refere ao ajuste a valor presente (AVP). Segundo a lei 11.638/2007, são utilizados elementos do ativo e do passivo, de curto a longo prazo, valores esses considerados significantes para as demonstrações contábeis.

Segundo o autor Greco (2010), deve ser considerado “o valor de dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados”. Quando houver juros implícitos nos valores, esses devem ser considerados pelo valor presente.

[...] O AVP deverá ser calculado com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. Taxas de juros, implícitas ou explícitas na precificação inicial da operação devem utilizar uma taxa de desconto que reflita juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação entre partes conhecedoras do negócio, que tenham a intenção de efetuar a transação e em condições usuais de mercado [...] (Greco, 2010)

Se houver mudança em partes como obrigações ou direitos, deve ser ajustado o valor presente também, alterando assim o patrimônio e as receitas e despesas nas demonstrações.

2.3.3. CPC 15- Combinação de negócios



A combinação de negócios trata-se da cisão, fusão ou incorporação de uma empresa, ou seja, quando duas empresas se unem ou quando uma empresa adquire o controle sobre outra empresa. Os reconhecimentos são feitos a partir do momento em que ocorre a incorporação da empresa no ativo e o passivo, esta incorporação não se dá pelo valor contábil, mas sim pelo valor justo. Se a transação superar o valor da diferença dos ativos e passivos adquiridos a valor justo será reconhecido como *goodwill*, se for ao contrário será reconhecido como uma compra vantajosa que será lançada na conta de resultado. Deve ser feita a mensuração do valor do ativo e passivo da companhia que esta adquirindo. (Comitê de Pronunciamento Contábil).

Os negócios são ativos que são conduzidos com objetivo de dar retorno esperado.

De acordo com o CPC 15- Correlação as normas Internacionais de Contabilidade IFRS 3, diz que:

[...] Toda combinação de negócios deve ser contabilizada pelo método de aquisição, o qual compreende os seguintes passos:

1. Identificar à adquirente;
2. Determinar a data da aquisição, ou seja, a data na qual a adquirente obtém o controle da adquirida;
3. Reconhecer e mensurar os ativos identificados, adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação dos não controladores na adquirida; e.
4. Reconhecer e mensurar o *goodwill* ou o ganho (*goodwill* negativo) resultante da aquisição.

A combinação de negócios tem como principal característica a transferência de ativos por meio da incidência do passivo fazendo com que a adquirente se torne a responsável por essa transferência.

Quando se trata de aquisição, devem ser reconhecidos e separados o *goodwill*, o ativo que não era reconhecido deve ser reconhecido no momento da transação, sendo o caso de ativos intangíveis, sendo reconhecidos como ativos.



O reconhecimento do *goodwill* deve ocorrer na data de aquisição sendo mensurado pelo custo de aquisição ou por valor de ativos líquidos, também podendo ser calculados pelo percentual de participação dos ativos.

Sendo assim, a Combinações de Negócios é para a entidade fazer com que passe a confiança e a comparação de suas informações apresentadas nas demonstrações contábeis, a partir do momento que as suas combinações gerem efeitos, fazendo o que for necessário de acordo com o que o Pronunciamento estabelece, respeitando seus princípios. (BRILHANTE PORTELA, 2011).

2.3.4. CPC 46- Mensuração do Valor Justo- Correlação IFRS 13

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo pago pela transparência de um passivo, sendo uma transação não forçada entre os participantes no mercado. O preço pago ou recebido e reconhecido por *ExitPrice*, a transação não forçada é quando não se trata de uma transação não emergencial, e o mercado é analisado pelos produtos similares do mercado. (Comitê de Pronunciamento Contábil).

O valor justo tem certo nível de hierarquia sendo;

1. preço cotados em mercado ativo, sendo idênticos
2. itens que não são cotados, ou seja são produtos similares
3. são produtos que não são observados para o ativo ou passivo.

Para a determinação do valor justo é necessário saber quais são os ativos envolvidos, saber o melhor método financeiro, qual o melhor mercado e qual a avaliação mais correta a ser seguida.

A mensuração do valor justo presume que a transação para a venda do ativo ocorre no mercado principal, se não houver um mercado principal deve-se considerar um mercado mais vantajoso. A mensuração deve ser feita na data da transação das condições atuais do mercado, sendo utilizadas três técnicas de mercado:



1) a abordagem de mercado utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado nos preços de mercado envolvendo ativos e passivos similares;

2) a abordagem de custo é para ativos não financeiros, sendo o custo de reposição;

3) a abordagem de receita converte em valores futuros, entre as três abordagens a que é a mais utilizada é a abordagem de mercado sendo uma informação independente.(FELIX, 2014)

2.4. Convenção do Conservadorismo (Prudência)

O princípio do Conservadorismo ou Prudência, é fazer-se o reconhecimento de menor valor dos ativos e maior valor do passivo, é uma premissa baseada, de que nunca deve-se antecipar os lucros, e sempre deve-se prever os prejuízos.

[...] O Princípio do Conservadorismo Contábil (ou Prudência) determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido [...]. (Portal de Contabilidade).

Sendo assim, não se contabilizam ganhos futuros (receitas ou resultados) de eventos que ainda estão por vir, ou seja, um capital só pode vir a ser registrado efetivamente quando a venda for concretizada.

Este princípio emprega o grau correto de precaução no exercício anual no sentido de que os passivos não sejam subestimados e ativos superestimados, assim atribuem maior confiabilidade nos processos de mensuração de todos os componentes do patrimônio.

[...] Observado o Princípio do Registro pelo Valor Original, o Princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA. A aplicação do Princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos as variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável[...]. (Boletim Contábil).



3. Análise de Balanço

3.1 Fundamentação Teórica

Sendo as demonstrações contábeis a base da análise financeira, pode-se afirmar que esta atividade é tão antiga quanto a contabilidade. Visto que no início solicitava-se apenas o Balanço Patrimonial para a análise, surgiu a expressão Análise de Balanços para a atividade que visa observar as variações e índices das demonstrações contábeis, tendo em vista um parecer quanto às características econômicas e financeiras de uma empresa. Os primeiros passos da Análise de Balanços surgiram no final do século passado, no Brasil ela teve início nos anos 70. (MATARAZZO, 2010).

A análise de balanço ocorreu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário que foi o seu principal usuário até hoje. Seu início consistente remonta ao final do século XIX, quando os banqueiros americanos solicitavam balanços as empresas que pretendiam contratar empréstimos. (MATARAZZO, 2010).

A medida ganhou aceitação ampla quando em 9 de fevereiro de 1895, o Conselho Executivo da Associação dos bancos no Estado de New York decidiu aconselhar aos seus membros que solicitassem aos contratantes de empréstimos declarações escritas e assinadas de seus ativos e passivos. Em 1900, essa mesma associação divulgou um formulário de proposta de crédito que incluía lugar para o balanço. Contudo, foi Alexander Wall que apresentou em 1919 um modelo de análise de balanços, através de índices, e demonstrou a necessidade de considerar outras relações, além de Ativo Circulante contra o Passivo Circulante. No Brasil, até 1968, a Análise de Balanços era ainda um instrumento pouco utilizado na prática, e nesse mesmo ano foi criada a SERASA, empresa que passou a operar como central de Análise de Balanços de bancos comerciais (MATARAZZO, 2010).

3.2 Análise Financeira



Por meio das demonstrações contábeis de uma empresa, podem ser extraídas informações a respeito de sua posição econômica e financeira, que auxiliam no processo decisório (ASSAF NETO, 2015). Dessa forma, o bom resultado depende dos procedimentos que serão adotados. Por isso, a necessidade das informações sobre o desempenho e resultados da empresa e também sobre sua estrutura patrimonial.

[...] A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico- financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa [...]. (ASSAF NETO, 2015, p. 46).

Através de aplicações técnicas e com uma correta análise, é possível uma visão crítica da empresa, conseguindo assim diminuir ou evitar os fatos negativos, atingindo os resultados desejados.

Além das técnicas utilizadas na análise, tem-se o uso de indicadores de estudo que vem a ser análise da liquidez, que visa conhecer a capacidade de pagamentos da empresa, ou seja, se possui condições de cumprir dentro do vencimento todos os seus compromissos passivos que assumiu (ASSAF NETO, 2015).

Este indicador é utilizado na Análise financeiro-econômica da empresa, como ferramenta de apoio no processo da tomada de decisão.

3.3 Balanço Patrimonial (BP)

Segundo ASSAF NETO (2015), o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A estrutura do balanço é formada por três partes: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo apresenta todos os bens e direitos da empresa, o Passivo as obrigações e a diferença entre Ativo e Passivo é chamada de Patrimônio Líquido e representa o capital investido pelos proprietários da empresa.



No ativo, relacionam-se todas as aplicações de recursos que foram efetuadas pela empresa. Divididos em ativos circulantes, assim reconhecidos em curto prazo; e ativos não circulantes, os quais possuem os grupos de contas: realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível (ASSAF NETO, 2015).

O passivo é formado por todas as obrigações da empresa, seus recursos são classificados como curto prazo e longo prazo, sendo definidos por passivo circulante e passivo não circulante, das quais todas as obrigações atuais da empresa criadas no passado irão exigir um desembolso de caixa da empresa para liquidação futura.

O patrimônio líquido representa os recursos próprios da empresa, sendo constituído pelo capital investido pelos sócios. O patrimônio líquido é dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos acumulados. (ASSAF NETO, 2015).

Quadro 1: Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ATIVO CIRCULANTE	PASSIVO TOTAL
DISPONÍVEL	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Bancos	Fornecedores
Títulos de Negociação Imediata	Empréstimos e Financiamentos
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (CDB, Letras de Câmbio, Debêntures etc.)	Impostos, Taxas e Contribuições
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	Salários a Pagar
Valores a Receber	Dividendos a Pagar
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	Provisões
(-) Títulos Descontados	Outros Passivos de Curto Prazo
Outros Valores a Curto Prazo a Receber	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
ESTOQUES	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Matérias-primas e Embalagens	Empréstimos e Financiamentos



Produtos em Elaboração	Outros Passivos de Longo Prazo
Produtos Acabados/ Mercadorias	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Materiais Diversos (Consumo e Almoxarifado)	Capital Social Realizado
DESPESAS ANTECIPADAS	Reservas de Capital
Despesas Apropriáveis a Custo no Exercício Seguinte	Reservas de Lucros
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Ajustes de Avaliação Patrimonial
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Prejuízos Acumulados
Créditos Diversos	Ações em Tesouraria
INVESTIMENTOS	
Participações Acionárias	
Outros Investimentos	
IMOBILIZADO	
Prédios e Terrenos	
Máquinas e Equipamentos	
Veículos, Mobiliário etc.	
INTANGÍVEL	
Marcas e Patentes	
Fundo de Comércio	

Fonte: Estrutura e Análise de Balanços, ASSAF NETO, 2015, p.66

3.4 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Segundo Assaf Neto (2015), a demonstração do resultado do exercício (DRE) visa fornecer de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para conta do patrimônio líquido.

Os indicadores adquiridos através da demonstração, representam a posição econômica da empresa. O objetivo da Demonstração do Resultado do Exercício é a organização das informações para apuração do lucro ou prejuízo do exercício. (ASSAF NETO, 2015)

Quadro 2: Demonstração do Resultado do Exercício

DRE
RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS



(-) Descontos Concedidos, Devoluções
(-) Impostos sobre vendas
(=) RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados
(=) RESULTADO BRUTO
(-) Despesas/ Receitas Operacionais
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Despesas de Vendas
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(-) Juros sobre Capital Próprio
(+) Outras Receitas Operacionais
(-) Outras Despesas Operacionais
(=) RESULTADO ANTES DO IR/CSLL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
(=) RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
(-) Participações
(-) Contribuições
(+) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio
(=) RESULTADO(LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
LUCRO POR AÇÃO

Fonte: Estrutura e Análise de Balanços, ASSAF NETO, 2015, p.84

3.5 Liquidez

Através dos índices de liquidez, é medida a avaliação financeira da empresa em relação aos seus compromissos com terceiros, pois evidenciam o quanto a empresa possui para cumprir suas obrigações. (ASSAF NETO, 2015).

De acordo com Assaf Neto (2015), os indicadores de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros, ou seja, sua capacidade em honrar corretamente as obrigações a serem pagas pela empresa.

3.5.1 Liquidez Imediata



Esse índice verifica a capacidade financeira da empresa em pagar de imediato suas dívidas de curto prazo. (ASSAF NETO, 2015).

De acordo com Assaf Neto (2015) revela a porcentagem de dívidas a curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente.

Equação:

Liquidez Imediata = Disponível / Passivo Circulante

3.5.2 Liquidez Seca

Este índice indica o quanto a empresa poderá desfazer-se de recursos circulantes, sem vender seus estoques para cumprir suas obrigações de curto prazo. (ASSAF NETO, 2015).

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas em curto prazo em condições a serem salgadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber. (ASSAF NETO, 2015, p.188).

Equação:

Liquidez Seca = Ativo Circulante – Estoques – Despesas Antecipadas/ Passivo Circulante

3.5.3 Liquidez Corrente

Essa liquidez indica a capacidade de cumprir suas obrigações de curto prazo com os recursos do ativo circulante. (ASSAF NETO, 2015).

Liquidez Corrente significa a margem de folga para manobras de prazo que visam equilibrar as entradas e saídas de caixa. Quanto maiores os recursos,



maior essa margem, maior a segurança da empresa, melhor a situação financeira. (MATARAZZO, 2010, p. 107).

Se:	Denota:
Liquidez Corrente > 1,0	Capital Circulante Líquido positivo
Liquidez Corrente = 1,0	Capital Circulante Líquido nulo
Liquidez Corrente < 1,0	Capital Circulante Líquido negativo

Quadro 3

Fonte: ASSAF NETO, 2015.

Equação:

Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante

3.5.4 Liquidez Geral

Segundo Assaf Neto (2015), esse indicador financeiro retrata a liquidez, tanto de curto prazo como a de longo prazo, a saúde financeira da empresa o quanto existem de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo. O índice de Liquidez geral retrata a capacidade da empresa de saldar todos os seus compromissos.

Equação:

**Liquidez Geral = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo /
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo**

3.6 Indicadores de Rentabilidade

3.6.1 Retorno sobre o investimento

Segundo Assaf Neto (2015), a avaliação do desempenho econômico de uma empresa, ROI, pode ser feita por meio do cálculo do retorno do investimento, sendo calculado da seguinte maneira:

ROI (Return on Investment) = Lucro operacional Líquido



Investimento

3.6.2 Retorno sobre o ativo total

Segundo Assaf Neto (2015), a medida que avalia o desempenho, ROA, por meio do retorno do ativo total, promovendo importantes informações adicionais sobre a evolução da situação econômica da empresa nas aplicações realizadas, sendo calculado da seguinte maneira:

$$\text{ROA (Retorno on Assests)} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Total-Lucro Líquido}}$$

3.6.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Conforme Assaf Neto (2015), o retorno sobre o patrimônio líquido – RSPL representa a taxa de rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa, sendo dimensionado pela relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido, excluído o lucro líquido do próprio exercício, sendo calculado da seguinte maneira:

$$\text{RSPL (Retorno sobre o Patrimônio Líquido)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL-Lucro Líquido}}$$

4 Estudo de caso

De forma a atingir os objetivos propostos, após ter sido realizada a pesquisa bibliográfica acerca do tema, passa-se agora ao estudo de caso, utilizando-se dados secundários, dos quais foram extraídos os relatórios contábeis e analisadas as notas explicativas de sites diversos. Dessa forma, passa-se agora a analisar os documentos contábeis e realizar a análise dos indicadores de forma comparada.

Para dar continuidade, o estudo de caso se baseou nas demonstrações contábeis publicadas pela empresa, sendo as contas da Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial. Foram calculados os índices de liquidez e os indicadores como ROE (Retorno on Equity), ROI (Return on



Investment), ROA (Retorno on Assests), sobre os valores apresentados, demonstrados no quadro 4 e 5.

Os balanços patrimoniais e DREs reais e ajustados encontram-se no apêndice deste artigo para fins de pesquisa.

Foi realizado um comparativo, e ajustou-se a conta chamada *goodwill*, pois, segundo o estudo, a empresa provisionou um ganho que na verdade não existiu, sendo apresentado assim como valores dobrados, segundo a publicação. Retirando assim essa conta do Balanço Patrimonial, subconta do Intangível (anexo – quadro completa do estudo), e creditando ela na DRE, conta perda no valor recuperável de ativos nos anos de 2011, 2012 e 2013 e assim posteriormente no Passivo, conta Lucros/Prejuízos Acumulados com valores negativos. A nota explicativa do Balanço da empresa demonstrava que a contra partida da conta *goodwill* – investimentos estava na conta de DRE Perda de valor recuperável de ativos, mesmo quando esse valor fosse positivo.

Assim, foi possível fazer uma comparação para informar o que mudaria nas demonstrações publicadas através da retirada dessa conta, e verificar quais as mudanças nos indicadores descritos o que poderia enviesar uma análise realizada por qualquer investidor.

4.1 Cálculo e análise dos índices divulgados e ajustados

Quadro 4 – Índices de Liquidez Antes do Ajuste

Antes Ajustes				
Tabela : Índices de Liquidez				
Ano	Imediata	Seca	Corrente	Geral
2015	0,9	1,26	1,52	1,4
2014	0,83	1,27	1,63	1,64
2013	0,56	1,07	1,49	2,21
2012	0,7	1,24	1,7	2,04
2011	0,77	1,34	1,78	2,24

Quadro 5 – Índices de Rentabilidade Antes do Ajuste



Antes Ajustes			
Tabela : Índices de Rentabilidade			
Ano	ROA	ROI	ROE
2015	-0,21	-2,55	-0,14
2014	-0,16	-1,43	-0,07
2013	0,19	1,47	0,07
2012	0,18	1,68	0,06
2011	-0,21	2,7	0,1

Quadro 6 – Índices de Liquidez após o Ajuste

Após Ajustes				
Tabela : Índices de Liquidez				
Ano	Imediata	Seca	Corrente	Geral
2015	0,9	1,26	1,52	1,4
2014	0,83	1,27	1,63	1,64
2013	0,56	1,07	1,49	2,2
2012	0,7	1,24	1,7	2,04
2011	0,77	1,34	1,78	2,24

Quadro 7 - Índices de Rentabilidade após o Ajuste

Após Ajustes			
Tabela : Índices de Rentabilidade			
Ano	ROA	ROI	ROE
2015	-0,21	-2,55	-0,14
2014	-0,16	-1,43	-0,07
2013	0,18	1,41	0,06
2012	0,17	1,6	0,06
2011	0,27	2,63	0,1

4.1.1 Análise índice de liquidez

Conforme já conceituado anteriormente, os índices de liquidez vão servir de ferramenta para análise financeira da empresa para medir a sua capacidade de cumprir com seus compromissos.



Analisando a Liquidez Imediata, nota-se que os índices sofreram um aumento desde 2011 até 2015. Ao analisar todos os períodos a empresa não tem capacidade de quitar suas dívidas de curto prazo, estando seu índice de liquidez imediata em média 0,75% o que é abaixo de 1 (<1). Pode-se notar que isso se deve ao aumento do passivo circulante em todos os anos seguidos.

De acordo com o porte da empresa pode-se dizer que a partir do ano de 2011, os dados apresentados são insuficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, isso é coletado dentre os dados sem ajuste e com ajustes do trabalho.

Os indicadores da Liquidez Seca mostram desde o ano de 2011 a 2015 que a empresa apresenta capacidade de dispor de seus ativos com a exclusão de estoque para cumprir com suas obrigações.

Na Liquidez Corrente nos anos correntes de 2011 a 2015, a empresa apresenta um capital circulante líquido positivo, sendo todos os anos um resultado maior da sua liquidez corrente que 1 (>1) o que demonstra sua capacidade em financiar suas necessidades de capital de giro.

No índice de Liquidez Geral a empresa seria capaz de cumprir suas obrigações em caso de liquidação, tendo como resultado de todos os anos de 2011 a 2015 um resultado maior que 1 (>1), esses valores demonstram uma queda com o decorrer dos anos, mas não afeta a capacidade da empresa em cumprir com os seus compromissos financeiros, por manter esses resultados acima de 1.

4.1.2 Análise do indicador de rentabilidade

Frente às análises realizadas, a companhia obteve um ganho nos anos de 2011, 2012 e 2013, a classe econômica e financeira estavam favoráveis.

De acordo com as análises antes e após os ajustes realizados, pode-se verificar, através do ROI, que a empresa teve pouca diferença em relação a sua geração de investimentos capaz em gerar lucro, mas se pensarmos nesse pequeno percentual aplicado sobre milhões ou trilhões essa diferença é abrangente. Seus resultados são para propiciar o andamento da empresa estimando a qualidade de um investimento.



Na análise antes de realizar os ajustes, a empresa aponta uma posição negativa no ano de 2011, pelos cálculos do ROA, onde seus ativos não foram bastante o suficiente para gerar resultados. Mas após os ajustes, podemos verificar que a empresa seria capaz de gerar com seus ativos resultados. Seus ativos tem um potencial favorável na geração de lucro para a empresa, garantindo uma rentabilidade excelente.

Esta análise, o RSPL, demonstra o quão a empresa é capaz de dar retorno através do seu Patrimônio, ou seja, a estatal durante os anos apresentados no trabalho, sem os ajustes e com os ajustes não teve nenhuma alteração, significando que se manteve dentro do esperado para dar o retorno aos acionistas, reinvestindo parte do lucro para que continuem a crescer.

Conclusão

Neste trabalho abordou-se o impacto do superfaturamento no Balanço Patrimonial da Petrobrás (2011-2015), tendo como foco a conta *Goodwill*. As contas foram analisadas pelos indicadores financeiros de liquidez e rentabilidade, sendo assim realizaram-se ajustes e readequou-se a conta *Goodwill* que, pelo que foi pesquisado, verificou-se que foi utilizada de forma errônea nas demonstrações contábeis apresentadas identificando a real situação financeira da empresa.

Realizaram-se todos os objetivos que haviam sido propostos que eram: demonstrar através das análises, o impacto e o superfaturamento que apenas uma conta pode fazer a diferença em uma empresa atrapalhando a sua continuidade. Essas contas foram demonstradas nos Balanços Patrimoniais da empresa auditados pela PWC, e a forma em que foram aplicadas, se condizia com as NBC (Normas Brasileiras de Contabilidade) e CPC's (Comitê de pronunciamento Contábil). A Petrobras apresentou um aumento no percentual de recursos em caixa, contudo, não foram suficientes para quitar suas dívidas de curto prazo, entretanto seu capital de giro mostra-se capaz de liquidar suas obrigações de curto prazo com folga



financeira revelando sua capacidade de liquidez. Sua capacidade de liquidez não depende do giro de estoques, onde não haveria necessidade de liquidação deles para cumprir as obrigações de curto prazo. Com relação à capacidade de liquidar as obrigações de curto e longo prazo com terceiros, a empresa apresenta em todos os anos subsequente uma folga financeira em manter esses compromissos.

No que refere-se a estrutura de capital, existe um domínio de capital de terceiros financiando os ativos da empresa, o que se destaca aos empréstimos e financiamentos bancários, o que possui maior participação nas obrigações de curto e longo prazo. Os gastos adicionais por ações fraudulentas forçaram o pedido de empréstimos para o funcionamento dessas operações, onde se concentram no longo prazo, gerando aumento no fator de risco da empresa, devido à alta no capital de terceiros que financia seus ativos, que foram contabilizadas as perdas por ações fraudulentas no ano de 2014.

Aproveitou-se o máximo os estudos que foram realizados para nosso conhecimento e compreensão, uma vez que conseguiu-se ter uma amplitude maior sobre o assunto, nos permitindo desenvolver e aperfeiçoar nossas competências de investigação e conclusão dos fatos analisados, assim, conseguindo descrever com clareza e discernimento sobre o tema escolhido.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 366 p.

BERCOVICI, Gilberto. *A Campanha do Petróleo e a Mobilização Popular em favor da Petrobrás: Carta Maior*, 2015. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Campanha-do-Petroleo-e-a-Mobilizacao-Popular-em-favor-da-Petrobras/4/32839>>. Acesso em 08 jul. de 2017, 15:00:00.

BLB Brasil. *Você conhece o teste de recuperabilidade de ativos?* Disponível em: <<http://portal.blbbrasilescoladenegocios.com.br/teste-de-recuperabilidade-de-ativos/>> Acesso em 04 ago. 2017, 20:40:00.



Blog Ângela Brilhante Portela. *Pronunciamento Técnico CPC 15*. Disponível em: <<http://angelabportela.blogspot.com.br/2011/05/pronunciamento-tecnico-cpc-15.html>> Acesso em 03 ago. 2017, 10:20:00.

Boletim Contábil. *Princípios fundamentais de contabilidade*. Disponível em: <<http://www.boletimcontabil.com.br/gestao/contabil/principios.php>>. Acessado em 16 jul. 2017, 18:30:00.

BONATO, Gustavo. *Petrobras divulga lucro no 3º tri de 2014 sem baixa contábil por Lava Jato*. Uol Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2015/01/28/petrobras-divulga-lucro-no-3-tri-de-2014-sem-baixa-contabil-por-lava-jato>> Acessado em 12 jul. 2017, 12:20:00.

CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977. 250p.

CIFUENTES, Pedro. *Investigação na Petrobrás começou com um estranho presente de luxo*. El País, 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/politica/1417472349_354451.html> Acessado em 15 ago 2017, 13:30:00.

Cotidiano Financeiro. *O que é Impairment?*. 2011. Disponível em: <<http://cotidianofinanceiro.blogspot.com.br/2011/04/o-que-e-impairment.html>> Acessado em 05 ago. 2017, 12:15:00.

CRCPR. *A polêmica do Ajuste a valor Presente*, 2011. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=482>> Acessado em 09 ago. 2017, 09:15:00.

D'ARÊDE, Juliana. *A luta pelo petróleo e a criação da Petrobrás*. Blog do Petróleo e da Energia, 2013. Disponível em: <<http://blogdopetroleo.com.br/luta-pelo-petroleo-e-criacao-da-petrobras/>>. Acesso em 10 jul. 2017, 20:30:00.

DE CERQUEIRA E FRANCISCO, Wagner. *A Petrobrás*. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-petrobras.htm>>. Acesso em 10 jul 2017, 18:35:00.

DELPHINO, Cristine. *Criação da Petrobrás*. História Brasileira, 2010. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/criacao-da-petrobras/>>. Acesso em: 08 jul. de 2017, 17:15:00.

Econoinfo. *Petrobras – Demonstrações*. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/financas-e-mercados/demonstracoes?codigoCVM=9512#>> Acessado em 19 ago. 2017, 14:30:00.



FELIX, Francisco. *Valor Justo – CPC 46 – Conceito e detalhes Mencionados no CPC*. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sBnaXBn3kxE>> Acessado em 26 ago. 2017, 19:30:00.

FGV CPDOC. *Conselho Nacional do Petróleo*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/ConselhoPetroleo>> Acesso em 12 jul. 2017, 21:15:00.

GRECO, Marcus Vinicius Derito. *Entendendo o Ajuste a Valor Presente – AVP*. JusBrasil, 2010. Disponível em: <<https://coad.jusbrasil.com.br/noticias/2224057/entendendo-o-ajuste-a-valor-presente-avp>> Acessado em 02 ago. 2017, 09:05:00.

Ministério Público - Lava Jato. *Entenda o Caso*. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>> Acessado em: 13/07/2017

LEMES, Sirlei; Carvalho L. Nelson. *Contabilidade internacional para graduação: texto estudos de casos e questões de múltipla escolha*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise Financeira de Balanços*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372p.

NASSIF, Luiz. *A prestação de contas desastrosa da Petrobras*. Jornal GNN. Disponível: <<http://jornalggn.com.br/noticia/a-prestacao-de-contas-desastrosa-da-petrobras>> Acessado em 11 jul. 2017, 19:25:00.

Petrobrás. *Nossa História- Petrobrás*. Disponível em: <<http://www.petrobras.com/pt/quem-somos/nossa-historia/>>. Acesso em 06 jul. 2017, 10:25:00.

Portal de Contabilidade. *Princípios do Conservadorismo (ou Prudência) na Contabilidade*. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principio-do-conservadorismo-ou-prudencia-na-contabilidade.htm>>. Acessado em 16 jul. 2017, 18:15:00.

Terra. *Petrobras divulga balanço do 3º tri sem perdas da Lava Jato*. Economia, 2015 Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/petrobras-divulga-balanco-do-3-tri-sem-perdas-da-lavajato>> Acessado em 19 jul. 2017, 15:50:00.

Toda Matéria. *História da Petrobrás*. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/historia-da-petrobras/>>. Acesso em 06 jul. de 2017, 21:30:00.



Apêndice

Quadro 8 – Balanço Patrimonial Antes do Ajuste (Ativo)

	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
Ativo	Dez/16	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2011



Ativo Total	R\$ 804.945,00	R\$ 900.135,00	R\$ 793.375,00	R\$ 752.966,70	R\$ 677.716,30	R\$ 599.150,00
Ativo Circulante	R\$ 145.907,00	R\$ 169.581,00	R\$ 135.023,00	R\$ 123.350,40	R\$ 118.101,80	R\$ 121.163,70
Ativo Não Circulante	R\$ 659.038,00	R\$ 730.554,00	R\$ 658.352,00	R\$ 629.616,30	R\$ 559.614,50	R\$ 477.986,30
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 66.551,00	R\$ 74.879,00	R\$ 50.104,00	R\$ 43.999,40	R\$ 47.215,20	R\$ 41.187,30
Investimentos	R\$ 9.948,00	R\$ 13.772,00	R\$ 15.282,00	R\$ 15.615,40	R\$ 12.476,90	R\$ 12.248,10
Imobilizado	R\$ 571.876,00	R\$ 629.831,00	R\$ 580.990,00	R\$ 533.880,30	R\$ 418.715,60	R\$ 342.266,90
Intangível	R\$ 10.663,00	R\$ 12.072,00	R\$ 11.976,00	R\$ 36.121,20	R\$ 81.206,80	R\$ 82.284,00
- Intangíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.183,90	R\$ 80.266,10	R\$ 81.334,90
- Goodwill	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 937,30	R\$ 940,70	R\$ 949,10

Quadro 9 - Balanço Patrimonial Antes do Ajuste (Passivo)



	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
Passivo e Patrimônio Líquido	Dez/16	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2011
Passivo Total	R\$ 804.945,00	R\$ 900.135,00	R\$ 793.375,00	R\$ 752.966,60	R\$ 677.716,30	R\$ 599.149,80
Passivo Circulante	R\$ 81.167,00	R\$ 111.572,00	R\$ 82.659,00	R\$ 82.524,50	R\$ 69.620,60	R\$ 68.212,30
Passivo Não Circulante	R\$ 471.035,00	R\$ 530.633,00	R\$ 399.994,00	R\$ 321.108,40	R\$ 262.662,10	R\$ 198.714,00
Patrimônio Líquido Consolidado	R\$ 252.743,00	R\$ 257.930,00	R\$ 310.722,00	R\$ 349.333,70	R\$ 345.433,60	R\$ 332.223,50
Capital Social Realizado	R\$ 205.432,00	R\$ 205.432,00	R\$ 205.432,00	R\$ 205.410,90	R\$ 205.392,10	R\$ 205.379,70
Reservas de Capital	R\$ 1.035,00	R\$ 21,00	-R\$ 646,00	R\$ 736,90	R\$ 630,30	R\$ 562,60
Reservas de Reavaliação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reservas de Lucros	R\$ 77.800,00	R\$ 92.612,00	R\$ 149.015,00	R\$ 149.035,70	R\$ 134.928,80	R\$ 122.624,10
Lucros/Prejuízos Acumulados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.577,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 12.439,50	R\$ 50,50	R\$ 345,70
Ajustes Acumulados de Conversão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.195,90	R\$ 2.077,90	R\$ 926,70
Outros Resultados Abrangentes	-R\$ 34.037,00	-R\$ 43.334,00	-R\$ 23.376,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação dos Acionistas Não Controladores	R\$ 2.513,00	R\$ 3.199,00	R\$ 1.874,00	R\$ 1.393,80	R\$ 2.354,00	R\$ 2.384,70



Quadro 10 – Balanço Patrimonial Após o Ajuste (Ativo)

	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
Ativo	Dez/16	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2011
Ativo Total	R\$ 804.945,00	R\$ 900.135,00	R\$ 793.375,00	R\$ 752.029,40	R\$ 676.775,60	R\$ 598.200,90
Ativo Circulante	R\$ 145.907,00	R\$ 169.581,00	R\$ 135.023,00	R\$ 123.350,40	R\$ 118.101,80	R\$ 121.163,70
Ativo Não Circulante	R\$ 659.038,00	R\$ 730.554,00	R\$ 658.352,00	R\$ 628.679,00	R\$ 558.673,80	R\$ 477.037,20
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 66.551,00	R\$ 74.879,00	R\$ 50.104,00	R\$ 43.999,40	R\$ 47.215,20	R\$ 41.187,30
Investimentos	R\$ 9.948,00	R\$ 13.772,00	R\$ 15.282,00	R\$ 15.615,40	R\$ 12.476,90	R\$ 12.248,10
Imobilizado	R\$ 571.876,00	R\$ 629.831,00	R\$ 580.990,00	R\$ 533.880,30	R\$ 418.715,60	R\$ 342.266,90
Intangível	R\$ 10.663,00	R\$ 12.072,00	R\$ 11.976,00	R\$ 35.183,90	R\$ 80.266,10	R\$ 81.334,90
- Intangíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.183,90	R\$ 80.266,10	R\$ 81.334,90
- Goodwill	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Quadro 11 - Balanço Patrimonial Após o Ajuste (Passivo)

	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
Passivo e Patrimônio Líquido	Dez/16	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2011
Passivo Total	R\$ 804.945,00	R\$ 900.135,00	R\$ 793.375,00	R\$ 752.029,30	R\$ 676.775,60	R\$ 598.200,70
Passivo Circulante	R\$ 81.167,00	R\$ 111.572,00	R\$ 82.659,00	R\$ 82.524,50	R\$ 69.620,60	R\$ 68.212,30
Passivo Não Circulante	R\$ 471.035,00	R\$ 530.633,00	R\$ 399.994,00	R\$ 321.108,40	R\$ 262.662,10	R\$ 198.714,00
Patrimônio Líquido Consolidado	R\$ 252.743,00	R\$ 257.930,00	R\$ 310.722,00	R\$ 348.396,40	R\$ 344.492,90	R\$ 331.274,40
Capital Social Realizado	R\$ 205.432,00	R\$ 205.432,00	R\$ 205.432,00	R\$ 205.410,90	R\$ 205.392,10	R\$ 205.379,70
Reservas de Capital	R\$ 1.035,00	R\$ 21,00	-R\$ 646,00	R\$ 736,90	R\$ 630,30	R\$ 562,60
Reservas de Reavaliação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reservas de Lucros	R\$ 77.800,00	R\$ 92.612,00	R\$ 149.015,00	R\$ 149.035,70	R\$ 134.928,80	R\$ 122.624,10
Lucros/Prejuízos Acumulados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.577,00	-R\$ 937,30	-R\$ 940,70	-R\$ 949,10
Ajustes de Avaliação Patrimonial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 12.439,50	R\$ 50,50	R\$ 345,70
Ajustes Acumulados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$ 926,70



de Conversão				5.195,90	2.077,90	
Outros Resultados Abrangentes	-R\$ 34.037,00	-R\$ 43.334,00	-R\$ 23.376,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação dos Acionistas Não Controladores	R\$ 2.513,00	R\$ 3.199,00	R\$ 1.874,00	R\$ 1.393,80	R\$ 2.354,00	R\$ 2.384,70

Quadro 12 – Demonstração do Resultado do Exercício Antes do Ajuste

	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
Demonstração do Resultado	Dez/16	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2011
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	R\$ 282.589,00	R\$ 321.638,00	R\$ 337.260,00	R\$ 304.889,90	R\$ 281.379,50	R\$ 244.176,10
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-R\$ 192.611,00	-R\$ 223.062,00	-R\$ 256.823,00	-R\$ 233.726,00	-R\$ 210.472,10	-R\$ 166.939,30
Resultado Bruto	R\$ 89.978,00	R\$ 98.576,00	R\$ 80.437,00	R\$ 71.164,00	R\$ 70.907,40	R\$ 77.236,90
Despesas/Receitas Operacionais	-R\$ 73.496,00	-R\$ 111.764,00	-R\$ 102.353,00	-R\$ 36.807,50	-R\$ 39.431,30	-R\$ 33.008,20
Despesas com Vendas	-R\$ 13.825,00	-R\$ 15.893,00	-R\$ 15.974,00	-R\$ 10.601,00	-R\$ 9.603,60	-R\$ 8.950,00
Despesas Gerais e Administrativas	-R\$ 11.482,00	-R\$ 11.031,00	-R\$ 11.223,00	-R\$ 10.751,10	-R\$ 9.842,30	-R\$ 8.646,80
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas Operacionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 47.560,00	-R\$ 84.043,00	-R\$ 75.607,00	-R\$ 16.550,30	-R\$ 20.069,40	-R\$ 15.797,20
Tributárias	-R\$ 2.456,00	-R\$ 9.238,00	-R\$ 1.801,00	-R\$ 1.720,90	-R\$ 760,40	-R\$ 777,30
Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-R\$ 1.826,00	-R\$ 2.024,00	-R\$ 2.589,00	-R\$ 2.428,30	-R\$ 2.238,30	-R\$ 2.444,00
Custo Exploratório para Extração de	-R\$ 6.056,00	-R\$ 6.467,00	-R\$ 7.135,00	-R\$ 6.444,40	-R\$ 7.870,80	-R\$ 4.428,00



Petróleo e Gás						
Participação nos Lucros ou Resultados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.045,00	-R\$ 1.102,40	-R\$ 1.005,20	-R\$ 1.560,10
Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-R\$ 16.925,00	-R\$ 18.638,00	-R\$ 12.207,00	-R\$ 4.854,20	-R\$ 8.194,70	-R\$ 6.587,70
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 6.194,00	-	-	-
Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	-R\$ 20.297,00	-R\$ 47.676,00	-R\$ 44.636,00	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-R\$ 629,00	-R\$ 797,00	R\$ 451,00	R\$ 1.095,00	R\$ 84,00	R\$ 385,90
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	R\$ 16.482,00	-R\$ 13.188,00	-R\$ 21.916,00	R\$ 34.356,50	R\$ 31.476,00	R\$ 44.228,70
Resultado Financeiro	-R\$ 27.185,00	-R\$ 28.041,00	-R\$ 3.900,00	-R\$ 6.202,20	-R\$ 3.722,60	R\$ 122,20
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-R\$ 10.703,00	-R\$ 41.229,00	-R\$ 25.816,00	R\$ 28.154,30	R\$ 27.753,50	R\$ 44.350,90
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-R\$ 2.342,00	R\$ 6.058,00	R\$ 3.892,00	-R\$ 5.147,40	-R\$ 6.794,10	-R\$ 11.241,30
Resultado Líquido das Operações Continuadas	-R\$ 13.045,00	-R\$ 35.171,00	-R\$ 21.924,00	R\$ 23.006,90	R\$ 20.959,40	R\$ 33.109,60
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-R\$ 13.045,00	-R\$ 35.171,00	-R\$ 21.924,00	R\$ 23.006,90	R\$ 20.959,40	R\$ 33.109,60
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	-	-	-	-	-	-



Quadro 13 - Demonstração do Resultado do Exercício Após o Ajuste

	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO	ANO
Demonstração do Resultado	Dez/16	Dez/2015	Dez/2014	Dez/2013	Dez/2012	Dez/2011
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	R\$ 282.589,00	R\$ 321.638,00	R\$ 337.260,00	R\$ 304.889,90	R\$ 281.379,50	R\$ 244.176,10
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-R\$ 192.611,00	-R\$ 223.062,00	-R\$ 256.823,00	-R\$ 233.726,00	-R\$ 210.472,10	-R\$ 166.939,30
Resultado Bruto	R\$ 89.978,00	R\$ 98.576,00	R\$ 80.437,00	R\$ 71.163,90	R\$ 70.907,40	R\$ 77.236,80
Despesas/Receitas Operacionais	-R\$ 72.867,00	-R\$ 110.967,00	-R\$ 102.804,00	-R\$ 38.839,60	-R\$ 40.456,00	-R\$ 34.343,00
Despesas com Vendas	-R\$ 13.825,00	-R\$ 15.893,00	-R\$ 15.974,00	-R\$ 10.601,00	-R\$ 9.603,60	-R\$ 8.950,00
Despesas Gerais e Administrativas	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$	-R\$



	11.482,00	11.031,00	11.223,00	10.751,10	9.842,30	8.646,80
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Receitas Operacionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Despesas Operacionais	-R\$ 47.560,00	-R\$ 84.043,00	-R\$ 75.607,00	-R\$ 17.487,50	-R\$ 21.010,10	-R\$ 16.746,20
Tributárias	-R\$ 2.456,00	-R\$ 9.238,00	-R\$ 1.801,00	-R\$ 1.720,90	-R\$ 760,40	-R\$ 777,30
Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-R\$ 1.826,00	-R\$ 2.024,00	-R\$ 2.589,00	-R\$ 2.428,30	-R\$ 2.238,30	-R\$ 2.444,00
Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-R\$ 6.056,00	-R\$ 6.467,00	-R\$ 7.135,00	-R\$ 6.444,40	-R\$ 7.870,80	-R\$ 4.428,00
Participação nos Lucros ou Resultados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.045,00	-R\$ 1.102,40	-R\$ 1.005,20	-R\$ 1.560,10
Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-R\$ 16.925,00	-R\$ 18.638,00	-R\$ 12.207,00	-R\$ 4.854,20	-R\$ 8.194,70	-R\$ 6.587,70
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 6.194,00	-	-	-
Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	-R\$ 20.297,00	-R\$ 47.676,00	-R\$ 44.636,00	-R\$ 937,30	-R\$ 940,70	-R\$ 949,10
Resultado de Equivalência Patrimonial	-R\$ 629,00	-R\$ 797,00	R\$ 451,00	R\$ 1.095,00	R\$ 84,00	R\$ 385,90
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	R\$ 16.482,00	-R\$ 13.188,00	-R\$ 21.916,00	R\$ 33.419,30	R\$ 30.535,40	R\$ 43.279,70
Resultado Financeiro	-R\$ 27.185,00	-R\$ 28.041,00	-R\$ 3.900,00	-R\$ 6.202,20	-R\$ 3.722,60	R\$ 122,20



Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-R\$ 10.703,00	-R\$ 41.229,00	-R\$ 25.816,00	R\$ 27.217,10	R\$ 26.812,80	R\$ 43.401,90
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-R\$ 2.342,00	R\$ 6.058,00	R\$ 3.892,00	-R\$ 5.147,40	-R\$ 6.794,10	-R\$ 11.241,30
Resultado Líquido das Operações Continuadas	-R\$ 13.045,00	-R\$ 35.171,00	-R\$ 21.924,00	R\$ 22.069,70	R\$ 20.018,70	R\$ 32.160,60
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-R\$ 13.045,00	-R\$ 35.171,00	-R\$ 21.924,00	R\$ 22.069,70	R\$ 20.018,70	R\$ 32.160,60
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	-	-	-	-	-	-